



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 0004325-77.2018.8.26.0037
 Classe - Assunto Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro
 Requerente: Maria Eunice Felipe Medeiros
 Requerido: Odonto Corpus S/S Ltda. ME

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação rescisória e condenatória, alegando que contratou a prestação de serviços com a ré consistentes na confecção de uma prótese dentária pelo valor de R\$2.575,00. Afirma a inadequação da prótese, pois havia um espaço entre o dente e a gengiva, mas que a ré teria resolvido fazer outra prótese. Diz que apenas o molde foi feito, mas o problema não foi resolvido pois a requerida alega falha do protético que não entregou o serviço. Requereu a procedência para decretar a rescisão do contrato e obter condenação ao pagamento de R\$2.557,00.

Dispensado o relatório (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passa-se à motivação e à decisão.

O julgamento da lide no estado em que se encontra é possível, porque a matéria é de direito e de fatos já comprovados, sendo desnecessária a produção de outras provas (art. 139, II, e 355, I do Código de Processo Civil).

A autora alega que em 25.04.2017 contratou com a ré a prestação de serviço consistente na confecção de uma prótese dentária, pela qual pagou R\$2.575,00 através de nove parcelas de R\$252,50 e uma entrada de R\$302,50.

Afirma que a prótese não estava adequada, pois entre o dente e a gengiva havia um espaço, mas que a ré se prontificou a resolver o problema e fez outro molde.

Diz que, no entanto, a questão não foi resolvida e a requerida atribui a responsabilidade ao protético que não teria entregado o serviço.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Em contestação, a ré argumenta que todos os serviços foram prestados. Sustenta que a prótese foi entregue em 29.05.2017, cuja garantia era de noventa dias, mas a autora apenas relatou o problema em 13.10.2017, quando já ultrapassado em cinquenta e um dias o prazo coberto para substituição ou adequação (págs. 22/23).

Argui que mesmo diante da reclamação extemporânea, atuou para adequar a prótese, mas que a requerente não aceitou o prazo estabelecido e que aguarda o retorno da autora para conclusão do serviço.

O documento trazido aos autos pela ré indica a linha do tempo do atendimento da autora (págs. 65 e 67/69).

Os relatórios indicam que em 07.12.2017 houve a moldagem e envio ao protético para montagem e que após tal data a requerente não retornou e nem agendou outro atendimento.

A autora não se manifestou em réplica e nem impugnou os documentos anexados pela ré.

Incide na espécie o disposto no art. 411, III do Código de Processo Civil, segundo o qual "Considera-se autêntico o documento quando: não houver impugnação da parte contra quem foi produzido o documento".

Nesse sentido, razão não assiste à requerente. Os serviços foram prestados e a requerida aguarda o comparecimento da autora para entrega da nova prótese confeccionada.

Logo, não há que se falar em rescisão contratual uma vez que o argumento da autora acerca da ausência de prestação dos serviços não merece acolhimento, de modo que não é o caso de rescisão e, conseqüentemente, da devolução da quantia paga.

Por fim, quanto ao pedido contraposto formulado pela ré, é caso de registrar que para postular a aplicação das penas relativas a litigância de má-fé não é necessário tal procedimento, bastando se reportar a ela no texto da contestação.

De todo modo, ele não pode ser aceito, porque não se vislumbra com exatidão a indigitada litigância de má-fé, que exige prova indubitável de sua ocorrência.

Ademais, há impeditivo procedimental à análise do pedido contraposto. A ré é pessoa jurídica que não pode atuar como autora no juizado especial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

O entendimento correto é o de admitir pedido contraposto tão só por aquela pessoa jurídica que esteja enquadrada numa das possibilidades de ser autora, nos limites do art. 8º, §1º, da Lei nº 9.099/95. Em se tratando de pessoa jurídica ré, só pode formular contraposto se estiver enquadrada nas hipóteses legais.

No I Encontro dos Juízes do Primeiro Colégio Recursal de São Paulo, foi aprovado o seguinte Enunciado nº 37: “Não se admite o pedido contraposto por quem não pode ser autor no procedimento do JEC”.

Admitir o processamento tal qual requerido nestes autos afrontaria os princípios próprios do sistema, autorizando formulação de pedido de maneira imprópria. A ré, pessoa jurídica de finalidade lucrativa, estaria sendo indevidamente beneficiada com a não incidência de custas em primeiro grau de jurisdição, sem que esteja enquadrada nas hipóteses taxativamente previstas pela mesma lei especial que prevê esta hipótese de não incidência.

Logo, o pedido contraposto não é conhecido, sendo o caso de proclamar, em relação a ele, a extinção sem resolução do mérito.

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão. Relativamente ao pedido contraposto, decreto a extinção do processo sem resolução de mérito. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, com as alterações da Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da causa ou cinco Ufesps (o que for maior).

Com trânsito em julgado e sem pendências, providencie-se o arquivamento dos autos digitais.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 19 de setembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006